

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Destaques Operacionais e Financeiros: As informações apresentadas neste relatório correspondem aos resultados das operações da **Ciclus Amazônia S.A.**, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025. A **Ciclus Amazônia S.A.** é uma sociedade de propósito específico constituída em 24 de janeiro de 2024, tendo como objetivo social a prestação de serviços públicos especializados de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos no Município de Belém (PA), no âmbito do Contrato de Concessão Administrativa nº 01/2024, firmado em 07 de fevereiro de 2024 com o Município de Belém. A Companhia possui a seguinte estrutura societária: CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais com 45% das ações; Terraplina Ltda. com 45% das ações e Promulti Engenharia Infraestrutura e Meio Ambiente com 10% das ações. A CS Brasil é controlada indiretamente pela Simpar S.A., o grupo empresarial com a atuação relevante nos setores de logística, infraestrutura e serviços. O contrato de concessão possui prazo de 30 anos, contemplando a prestação integrada de serviços de limpeza urbana, coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos, bem como atividades complementares de educação ambiental e inclusão socioeconômica. No exercício de 2025, primeiro ano completo de operação da concessão, a Companhia registrou importantes avanços operacionais e financeiros. A **receita líquida total** da concessionária em 2025, atingiu R\$358,6 milhões, refletindo o início da plena execução contratual e a consolidação das atividades operacionais do município. O **lucro bruto** alcançou R\$92,3 milhões, equivalente a margem bruta de aproximadamente 25,7%, evidenciando eficiência operacional e adequada gestão dos custos envolvidos na execução dos serviços. O **capital expenditure ("CAPEX")** realizado pela Companhia no exercício totalizou aproximadamente R\$10,5 milhões, destinados principalmente a: • Obras civis de bases operacionais; • Melhorias de acesso e infraestrutura do Aterro do Aurá; • Aquisição de equipamentos e estruturas para coleta e limpeza urbana; • Implantação de paleteiras e contêineres; • Estudos e projetos para implantação do Centro de Tratamento de Resíduos (CTR) do Acará; • Iniciativas voltadas à integração das cooperativas de recicláveis.

Mensagem da Administração: Encerramos o exercício de 2025 com resultados operacionais e financeiros consistentes, consolidando a estrutura operacional necessária para a execução eficiente do contrato de concessão firmado com o Município de Belém. A Companhia registrou **receita líquida de R\$ 358,6 milhões e lucro líquido de R\$ 35,6 milhões**, refletindo a solidez do modelo de negócio baseado em contratos de longo prazo e em uma estrutura operacional robusta. O desempenho alcançado demonstra a capacidade da Companhia em gerar resultados sustentáveis, previsibilidade de caixa e eficiência na prestação dos serviços públicos delegados. A concessão contempla um amplo conjunto de atividades voltadas ao manejo integrado de resíduos sólidos no município de Belém, incluindo: • coleta de resíduos domiciliares, inclusive em áreas fluviais e locais de difícil acesso; • coleta de resíduos de serviços de saúde; • coleta de resíduos inertes; • coleta seletiva; • varrição manual e mecanizada; • capinação e roçagem; • raspagem e pintura de meios-fios; • limpeza de praias; • lavagem de feiras e mercados; • tratamento e destinação final de resíduos; • programas de educação ambiental; • integração social de cooperativas de catadores. Para a execução das operações em 2025, a concessionária contou com uma estrutura operacional composta por **mais de 2.500 colaboradores diretos**, distribuídos entre ajudantes, coletores, varredores, motoristas, operadores e equipes administrativas. A operação também contou com uma frota composta por **mais de 290 máquinas e equipamentos**, incluindo caminhões compactadores, caminhões roll-on/roll-off, microtratores, varredoras mecânicas, pá carregadeiras, retroscavadeiras e veículos leves. Adicionalmente, foram implantadas na cidade diversas estruturas de apoio à limpeza urbana, incluindo **papeleiras, contêineres e pontos de entrega voluntária de resíduos recicláveis**. Durante o exercício foram coletadas aproximadamente: • 332 mil toneladas de resíduos domiciliares; • 159 mil toneladas de resíduos inertes; • 315 toneladas de resíduos de serviços de saúde. Também foram executados importantes serviços de manutenção urbana, incluindo: • 168 mil quilômetros de vias varridas; • 10 mil quilômetros de vias capinadas; • implantação de 22 LEVs (Locais de Entrega Voluntária); • instalação de aproximadamente 1.200 paleteiras. A concessionária opera ainda um **Centro de Controle Operacional (CCO)** que monitora, em tempo real, a frota e os equipamentos utilizados na prestação dos serviços por meio de sistemas de geolocalização e telemetria, permitindo maior controle operacional, eficiência logística e acompanhamento de indicadores de desempenho. Além disso, foi implementado o **Canal do Cidadão**, plataforma digital com atendimento automatizado e humanizado, permitindo o registro de solicitações, reclamações e acompanhamento de serviços prestados à população. Desde o início da operação da concessão, a Companhia também assumiu a operação do **Aterro do Aurá**, responsável pelo recebimento e destinação de resíduos do município de Belém e região metropolitana, bem como pela execução de atividades relacionadas à recuperação ambiental da área. **Responsabilidade Social e Sustentabilidade:** No exercício de 2025 foram iniciadas importantes iniciativas voltadas à **integração social de cooperativas de catadores de materiais recicláveis**, previstas no contrato de concessão. Essas

ações contemplam programas de: • capacitação técnica; • apoio à formalização; • integração das cooperativas ao sistema municipal de coleta seletiva; • fortalecimento da economia circular. Adicionalmente, foram intensificadas as ações de **saúde e segurança do trabalho**, com destaque para: • realização de **Diálogos Diários de Segurança (DDS)**; • treinamentos operacionais e preventivos; • implementação do **Programa Ciclus +Segura**, voltado ao acompanhamento periódico dos indicadores de segurança e à promoção de melhorias contínuas. Em 2025 a Companhia registrou taxa de frequência de acidentes com afastamento de 4,54, reforçando o compromisso permanente com a segurança de seus colaboradores. **Desempenho Operacional da Concessão:** A qualidade dos serviços prestados foi avaliada por meio de diferentes mecanismos de monitoramento e auditoria contratual. Entre os principais resultados observados destacam-se: • **97,26% de conformidade plena** das atividades da concessionária em estudo realizado pelo **Parque de Ciência e Tecnologia do Guamá (PCT Guamá - UFPA)**; • **100% de cumprimento dos indicadores contratuais de desempenho**, com pontuação total de **84 pontos** no ciclo de avaliação semestral entre maio e outubro de 2025. Esses resultados reforçam o compromisso da Companhia com a excelência na prestação dos serviços públicos delegados. **Governança e Conformidade:** A Companhia mantém um robusto **Programa de Conformidade**, estruturado com base nas melhores práticas de governança corporativa e alinhado às exigências da legislação brasileira, incluindo o **Decreto nº 11.129/2022**, que regulamenta a Lei Anticorrupção. O programa contempla políticas e diretrizes relacionadas a: • ética e integridade; • combate à corrupção; • conflito de interesses; • relacionamento com o poder público; • gestão de terceiros; • controles internos. A Companhia também dispõe de um **Código de Conduta**, aplicável a todos os colaboradores, fornecedores, prestadores de serviços e parceiros de negócios. Como instrumentos de transparência e integridade, a concessionária mantém canais de comunicação voltados ao recebimento de denúncias, esclarecimento de dúvidas e orientação sobre o cumprimento das políticas internas.

Bruno Francisco Muehlbauer
Diretor Presidente da Ciclus Amazônia S.A.

1. Principais destaques financeiros:

	31/12/2025	31 de dezembro de 2024	Δ A/A %
Receita bruta	423.053	287.890	68%
(-) Deduções da receita	(64.448)	(40.763)	63%
(=) Receita líquida	358.605	247.127	69%
(-) Custos totais	(266.304)	(172.453)	65%
Custo de serviços prestados e construções	(266.304)	(172.453)	65%
(=) Lucro bruto	92.301	74.674	81%
Margem Bruta	25,74%	30%	
(-) Despesas operacionais antes do resultado financeiro	(30.951)	(18.334)	59%
Despesas administrativas e comerciais	(31.987)	(18.329)	57%
Outras receitas (despesas) operacionais	1.036	(5)	0%
EBIT	61.350	56.340	92%
Margem EBIT	17%	23%	
Margem EBIT s/receita líquida de serviços	17%	23%	
(+) Resultado Financeiro	(7.282)	(4.465)	61%
Receitas Financeiras	2.017	2.204	109%
Despesa Financeiras	(9.299)	(6.669)	72%
(=) Resultado antes dos impostos	54.068	51.875	96%
Impostos e contribuições correntes	(197)	(3.782)	1920%
Impostos e contribuições diferidos	(18.259)	(13.909)	76%
(=) Lucro líquido	35.612	34.184	96%
Margem Líquida Total	9,93%	13,83%	
EBITDA	88.879	34.184	38%
Margem EBITDA	24,78%	13,83%	
Margem EBITDA s/receita líquida de serviços	21,54%	13,83%	

A **receita líquida de prestação de serviços e construção** totalizou, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o montante de R\$ 358,6 milhões, decorrente principalmente da prestação de serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos no município de Belém, em conformidade com o contrato de concessão firmado com o Poder Concedente. Os **custos dos serviços prestados e de construção** totalizaram R\$ 266,3 milhões no exercício de 2025, compreendendo R\$ 255,8 milhões referentes ao custo de prestação de serviços e R\$ 10,5 milhões relativos ao custo de construção. Esses custos foram compostos majoritariamente por gastos com pessoal, encargos e benefícios, que somaram R\$ 143,5 milhões, serviços

contratados, no montante de R\$ 86,5 milhões, fretes, combustíveis e lubrificantes, no valor de R\$ 18,8 milhões, infraestrutura, conservação e *utilities*, que totalizaram R\$ 14,1 milhões, e depreciação e amortização, no montante de R\$ 24 milhões. Os demais custos operacionais, individualmente menos relevantes, corresponderam a gastos com manutenções, locações, materiais de consumo e outros dispêndios operacionais. As **despesas administrativas** totalizaram R\$ 32,0 milhões no exercício de 2025, sendo compostas majoritariamente por serviços contratados de natureza administrativa, técnica e jurídica, que somaram R\$ 14,6 milhões, salários e encargos sociais, no montante de R\$ 12,9 milhões, aluguéis de imóveis e terceiros, que totalizaram R\$ 3,1 milhões, e outras despesas administrativas relevantes, no valor de R\$ 3,0 milhões, relacionadas principalmente a despesas administrativas diversas. Os demais gastos administrativos, individualmente inferiores a R\$ 3 milhões, foram classificados como outros, abrangendo despesas com propaganda, depreciação, comunicação, viagens, impostos, material de consumo e infraestrutura administrativa. Como resultado, a Companhia apresentou **lucro bruto de R\$ 92,3 milhões e EBIT de R\$ 61,3 milhões**, refletindo a consolidação das operações ao longo do exercício e a evolução gradual da estrutura operacional da concessão. O **resultado financeiro** foi negativo em R\$ 7,2 milhões, influenciado principalmente pelas despesas financeiras de R\$ 9,3 milhões. Desse montante, R\$ 7,9 milhões referem-se aos encargos financeiros decorrentes da atualização dos passivos de arrendamento reconhecidos conforme o IFRS 16 - Arrendamentos, relacionados principalmente a contratos de locação de máquinas, veículos operacionais e imóveis utilizados nas atividades da concessão. Adicionalmente, R\$ 1,2 milhão refere-se a juros e encargos sobre notas comerciais vinculadas a captações realizadas em períodos anteriores. Em contrapartida, a Companhia registrou receitas financeiras de R\$ 2,0 milhões, decorrentes principalmente de rendimentos de aplicações financeiras sobre disponibilidades e recursos recebidos ao longo do exercício. Após o reconhecimento dos efeitos tributários, o lucro líquido do exercício totalizou R\$ 35,6 milhões, refletindo o desempenho operacional da Companhia e a evolução da estrutura financeira ao longo do período. **2. Investimentos:** No exercício de 2025, a concessionária realizou **investimentos no montante de R\$ 10,5 milhões**, direcionados principalmente para obras civis das instalações das bases operacionais Norte, Sul e Aterro do Aurá, bem como para pavimentação e melhoria de acessos ao Aterro do Aurá. Adicionalmente, foram realizados investimentos na aquisição de equipamentos de limpeza e coleta, com destaque para projetos de conteneurização e instalação de paleteiras, além da elaboração de estudos e projetos para implantação do CTR do Acará. Também foram realizados investimentos voltados à integração das cooperativas de recicláveis ao sistema de limpeza urbana da concessão, reforçando o compromisso da Companhia com práticas de sustentabilidade e inclusão socioeconômica. **3. Gestão de capital:** Na gestão de passivos ao longo de 2025, a concessionária direcionou seus recursos principalmente para o cumprimento dos compromissos assumidos e das obrigações contratuais da concessão junto ao município de Belém. Além dos compromissos assumidos com fornecedores e prestadores de serviços, a Companhia mantém foco contínuo na otimização de custos e despesas operacionais, por meio de programas internos voltados ao aumento de produtividade e eficiência operacional. A Administração também desenvolveu iniciativas voltadas ao aperfeiçoamento dos prazos e condições de pagamento, bem como ao rigoroso cumprimento do orçamento planejado. A concessionária permaneceu comprometida com uma gestão prudente de fluxo de caixa e manutenção de uma estrutura de capital sólida, mantendo-se preparada para sustentar o desenvolvimento e a expansão das operações de forma sustentável ao longo da concessão. **4. Auditoria Independente:** Em conformidade com a Instrução CVM nº 381/03, informamos que a concessionária adota como procedimento formal consultar os auditores independentes PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. ("PwC"), com o objetivo de assegurar que a prestação de serviços adicionais não comprometa sua independência e objetividade necessárias à execução dos trabalhos de auditoria independente. A política da Companhia para contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou de objetividade. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a PwC prestou exclusivamente serviços de auditoria das demonstrações financeiras, não tendo sido contratados outros serviços que pudessem caracterizar conflito de interesses ou comprometer a independência dos auditores. **5. Declaração da Diretoria:** Em atendimento às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que discutiu, revisou e concordou com as opiniões expressas no relatório de auditoria emitido pelos auditores independentes, bem como com as demonstrações financeiras individuais relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Diretoria Executiva

Fernando Antônio Quintas Alves Filho - Diretor Presidente CS Infra
Bruno Francisco Muehlbauer - Diretor Presidente Ciclus Amazônia

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Período de 24 de janeiro a 31 de dezembro de 2024
e 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	54.068	51.875
Ajuste para conciliar o lucro do exercício com o caixa das atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	11 e 12 24.032	17.133
Baixas e transferências ativos imobilizados e intangíveis	11 e 12 16	127
Juros sobre arrendamento direito de uso	14 7.671	6.461
	85.787	75.596
Variação dos ativos e passivos		
Contas a receber	7 (27.091)	(100.175)
Estoques	8 (2.845)	(1.463)
Depósitos Judiciais	(26)	(8)
Fornecedores	13 (928)	20.195
Obrigações trabalhistas, tributos a recolher e recuperar	20.525	10.726
Despesas Antecipadas	-	(7)
Passivo de arrendamento	-	-
Adiantamento a Terceiros	10 14.599	9.016
Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes	1.633	56
	5.867	(61.660)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(38.406)	(14.570)
Juros pagos sobre arrendamento direito de uso	14 (7.671)	(9.104)
Caixa líquido gerado nas (utilizados nas) atividades operacionais	45.577	(9.738)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições ao ativo imobilizado e intangível	11 e 12 (1.738)	(691)
Investimento em títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	625	(626)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(1.113)	(1.317)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Integralização de capital	-	23.044
Pagamentos de arrendamentos	14 (21.270)	(11.821)
Caixa líquido gerado pelas (utilizado pelas) atividades de financiamento	(21.270)	11.223
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	23.194	168
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	5 168	-
No final do exercício	5 23.362	168
Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa	23.194	168
Variações patrimoniais que não afetaram o caixa		
Adição de arrendamentos por direito de uso	4.271	110.269
Passivos de arrendamento	(4.271)	(110.269)

As notas explicativas são parte integrante da demonstração financeira

BALANÇO PATRIMONIAL em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Ativo Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	5 23.362	168
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	6 1	626
Contas a receber	7 74.273	100.175
Estoques	8 4.308	1.463
Tributos a recuperar	9 16.483	6.541
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	18 42.241	14.570
Adiantamentos a terceiros	10 3.529	2.132
Despesas antecipadas	-	6
Outros créditos	19 128	100
Total do ativo circulante	164.325	125.781
Ativo Não Circulante		
Contas a receber	7 52.993	-
Depósitos judiciais	8 33	8
Tributos a recuperar	9 793	-
Imobilizado	11 75.639	93.701
Intangível	12 21	-
Total do ativo não circulante	129.479	93.709
Total do ativo	293.804	219.490
Passivo Circulante		
Fornecedores	13 19.267	20.195
Passivo de arrendamento	14 27.340	20.531
Obrigações sociais e trabalhistas	15 17.699	12.122
Tributos a recolher	16 23.325	8.927
Imposto de renda e contribuição social a recolher	18 197	-
Adiantamentos de clientes	17 27.142	11.148
Dividendos a pagar	19 2.000	325
Outras contas a pagar	19 3.197	156
Total do passivo circulante	120.167	73.404
Passivo Não circulante		
Passivo de arrendamento	14 51.466	75.274
Obrigações sociais e trabalhistas	352	-
Provisão para demandas judiciais e administrativas	29	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18 35.950	13.909
Total do passivo não circulante	87.797	89.183
Patrimônio Líquido		
Capital Social	20 23.044	23.044
Reserva Legal	20 3.489	1.709
Reservas de lucros	20 59.307	32.150
Total do patrimônio líquido	85.840	56.903
Total do passivo e patrimônio líquido	293.804	219.490

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Período de 24 de janeiro a 31 de dezembro de 2024
e 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida de prestação de serviços e construção	358.605	247.127
Custo de construção	22 (10.478)	(8.857)
Custo de prestação de serviços	22 (255.826)	(163.596)
Lucro Bruto	92.301	74.674
Despesas administrativas	22 (31.987)	(18.329)
Despesas comerciais	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	-	-
Outras receitas despesas operacionais, líquidas	22 1.036	(5)
Lucro operacional antes das despesas e receitas financeiras	61.350	56.340
Receitas financeiras	23 2.017	2.204
Despesas financeiras	23 (9.299)	(6.669)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	54.068	51.875
Imposto de renda e contribuição social corrente	18.2 (197)	(3.782)
Imposto de renda e contribuição social diferido	18.2 (18.259)	(13.909)
Lucro líquido do exercício	35.612	34.184

As notas explicativas são parte integrante da demonstração financeira

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Período de 24 de janeiro a 31 de dezembro de 2024
e 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	35.612	34.184
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	35.612	34.184

As notas explicativas são parte integrante da demonstração financeira

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Período de 24 de janeiro a 31 de dezembro de 2024
e 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de lucros	Lucro líquido do período	Total do patrimônio líquido
	Nota	Reserva de lucros	Reserva legal	Lucro líquido do período
Em 24 de janeiro de 2024	-	-	-	-
Lucro líquido do período	-	-	-	34.184
Integralização de capital	23.044	-	-	23.044
Destinação do lucro:				
Reserva legal	-	1.709	(1.709)	-
Reserva de lucros	-	32.150	(32.150)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	(325)	(325)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	23.044	32.150	1.709	56.903
Saldos em 31 de dezembro de 2025	23.044	32.150	1.709	56.903
Lucro líquido do exercício	-	-	-	35.612
Reversão de dividendos propostos (i)	20	325	-	325
Destinação do lucro:				
Reserva legal	-	1.780	(1.780)	-
Reserva de lucros (ii)	20	26.832	(26.832)	-
Dividendos adicionais	-	-	(6.662)	(6.662)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	(338)	(338)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	23.044	59.307	3.489	85.840

(i) Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 11 de julho de 2025, foi deliberado a destinação dos lucros para reserva de lucros, portanto os dividendos propostos para o exercício de 2024 não foram aprovados, tendo sido revertidos em 2025 diretamente no patrimônio líquido, sem impacto no resultado do período. (ii) O lucro apurado no exercício decorre, majoritariamente, de receitas ainda não realizadas financeiramente, registradas em contas a receber junto ao Poder Concedente, tendo sido destinada à constituição de reserva de lucros a realizar. Em razão da ausência de realização financeira, tais valores não são passíveis de distribuição ou capitalização na data-base, permanecendo retidos até sua efetiva realização, nos termos da Lei nº 6.404/76.

As notas explicativas são parte integrante da demonstração financeira

(Em milhares de reais)

1. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA E CONTEXTO OPERACIONAL

1.1 Informações sobre a Companhia: A Cíclus Amazônia S.A. ("Cíclus Amazônia", "Companhia" ou "Concessionária"), constituída em 24 de janeiro de 2024, com sede no município de Belém, Estado do Pará, Brasil, é uma Sociedade de Propósito Específico ("SPE") constituída para a execução do Contrato de Concessão Administrativa nº 01/2024, firmado em 7 de fevereiro de 2024 com o Município de Belém, por meio da Secretária Municipal de Saneamento - SESAN, decorrente da Concorrência Pública nº 002/2023. A Companhia tem como objeto principal a prestação dos serviços públicos especializados de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos no Município de Belém, incluindo coleta, transporte, tratamento e destinação de diferentes tipos de resíduos, bem como serviços complementares de limpeza urbana, conforme definido no contrato de concessão. A Companhia é controlada diretamente pela CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda. ("CS Brasil"), integrante do Grupo Simpar. A estrutura societária da Companhia é composta pelas seguintes participações acionárias: • CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda. - 45% • Terraplina Ltda. - 45% • Promulti Engenharia Infraestrutura e Meio Ambiente Ltda. - 10%. **1.2 Contrato de Concessão:** O Contrato de Concessão nº 01/2024 tem por objeto a delegação, na modalidade de concessão administrativa, da prestação dos serviços públicos especializados de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos no Município de Belém, incluindo, entre outros serviços: • coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares urbanos, incluindo coleta fluvial em regiões insulares e locais de difícil acesso; • coleta e transporte de resíduos dos serviços de saúde; • coleta e transporte de resíduos inertes e de construção civil; • coleta seletiva e transporte de resíduos recicláveis; • operação de Ecopontos e locais de entrega voluntária; • coleta mecanizada com equipamentos específicos, incluindo caminhões roll-on/roll-off e sistemas de contêineres enterrados; • serviços de limpeza urbana, incluindo varrição manual e mecanizada, capinação, raspagem, roçagem, lavagem e desodorização de pontos de ônibus, limpeza de feiras e mercados, manutenção de logradouros públicos e limpeza de áreas de praia. O contrato possui prazo de concessão de 30 (trinta) anos, contados da data de eficácia do contrato, podendo ser prorrogado nas hipóteses previstas contratualmente e na legislação aplicável. A remuneração da concessionária é composta pela contraprestação pública mensal, paga pelo Poder Concedente, estruturada em componentes fixos e variáveis, conforme parâmetros definidos no contrato e no sistema de mensuração de desempenho dos serviços. Além da contraprestação pública, a concessionária poderá explorar receitas acessórias, nos termos do contrato, incluindo atividades como: • exploração publicitária; • comercialização de créditos de carbono; • geração e comercialização de energia ou biogás; • tratamento e destinação de resíduos de terceiros, inclusive de outros municípios, desde que não comprometam a prestação dos serviços concedidos. **1.3 Início da Operação:** A Companhia iniciou a prestação dos serviços públicos de limpeza urbana do Município de Belém em 15 de abril de 2024, conforme Ordem de Início dos Serviços emitida em 12 de abril de 2024 pelo Poder Concedente. Desde então, a Companhia passou a executar as atividades previstas no contrato, incluindo coleta e transporte de resíduos domiciliares, hospitalares, recicláveis e de construção civil, além da operação de pontos de entrega voluntária e execução de serviços de limpeza urbana. Adicionalmente, a Companhia implementou programas de educação ambiental, voltados à conscientização da população sobre o descarte adequado de resíduos e à promoção da coleta seletiva. **1.4 Garantias contratuais:** O contrato de concessão prevê a implantação de mecanismos de garantia pública destinados a assegurar a financiabilidade da concessão e o cumprimento das obrigações do Poder Concedente relativas ao pagamento das contraprestações mensais. Nos termos contratuais, tais mecanismos incluem a estruturação de contas vinculadas e garantias financeiras, com a finalidade de assegurar maior previsibilidade e segurança ao fluxo de pagamentos da concessão. **1.5 Ônus do contrato:** A Companhia assume os riscos inerentes à execução da concessão, ressalvadas as hipóteses expressamente previstas no contrato. Adicionalmente, a concessionária está obrigada a contratar seguros compatíveis com os riscos operacionais da concessão, responsabilizando-se por eventuais danos causados ao Poder Concedente ou a terceiros durante a execução dos serviços. Considerando a plena operação durante o exercício de 2025, não foram identificados montantes relevantes classificados como ônus contratuais. **1.6 Licenças e autorizações:** É de responsabilidade da concessionária obter, manter e custear todas as licenças ambientais e autorizações necessárias à execução da concessão, incluindo licenças prévias, de instalação e de operação, bem como certidões, alvarás e demais autorizações exigidas pelos órgãos competentes, as quais se encontram devidamente válidas, regulares e vigentes durante todo o exercício social de 2025. **1.7 Riscos relacionados às mudanças climáticas e estratégia de sustentabilidade:** O Grupo Simpar mantém uma Política de Mudanças Climáticas, que, em conjunto com a Política de Sustentabilidade do grupo, orienta ações voltadas à mitigação, compensação e adaptação às mudanças climáticas. Nesse contexto, a Companhia participa do Programa de Gestão de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), que contribui para o compromisso público do Grupo Simpar de redução de 15% na intensidade das emissões de GEE até 2030, meta vinculada à emissão de Sustainability-Linked Bonds (SLB). O monitoramento das emissões considera os escopos 1, 2 e categorias relevantes do escopo 3, sendo os inventários auditados por auditores independentes e divulgados anualmente. Como parte de sua estratégia de sustentabilidade, a Companhia prevê, ao longo da concessão: • utilização de equipamentos e tecnologias ambientalmente eficientes; • priorização de veículos com menor emissão de carbono; • programas de educação ambiental e incentivo à coleta seletiva; • integração social de catadores e cooperativas; • implantação de estações de transferência de resíduos; • desenvolvimento de infraestrutura para aproveitamento energético do biogás; • implantação de unidades de tratamento de chorume e geração de água de reuso. **1.8 Reforma tributária sobre o consumo:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo no Brasil. A reforma prevê a criação de um modelo de Imposto sobre Valor Agregado (IVA dual), composto por: • Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) - competência federal; • Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) - competência estadual e municipal. Foi também criado um Imposto Seletivo (IS) - competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar. Esses tributos substituirão gradualmente PIS, COFINS, ICMS e ISS. Em 17 de dezembro de 2024, foi aprovado pelo Congresso Nacional o Projeto de Lei Complementar nº 68/2024, que regulamenta parte da reforma. O PLP nº 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar nº 214/2025. Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo o projeto de regulamentação da Reforma, já aprovado no Congresso Nacional e aguardando sanção presidencial, parte da tratativa já foi incorporada e disposta na citada LC nº 214/2025. Está previsto um período de transição entre 2026 e 2032, durante o qual os sistemas tributários atual e novo coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Com base nas regulamentações publicadas até o momento, a Administração não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRÁTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

2.1 Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas contábeis internacionais (IFRS® Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC® Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC® Interpretations) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 16 de abril de 2026. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas na gestão da Companhia. **2.2 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados instrumentos financeiros, como caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, que são mensurados pelo custo amortizado. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis e julgamentos críticos por parte da Administração na aplicação das políticas contábeis da Companhia. **2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia, refletindo o ambiente econômico em que a entidade opera. Os valores apresentados nas demonstrações financeiras estão arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. **2.4 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente convertíveis em montante conhecido de caixa e sujeitos a insignificante risco de mudança de valor. Esses instrumentos são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de curto prazo da Companhia. As aplicações financeiras são registradas ao valor justo por meio do resultado, sendo os rendimentos apropriados ao resultado do exercício. **2.5 Instrumentos financeiros:** Os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido, quando aplicável, dos custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

Custo amortizado: Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado quando: • é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é receber fluxos de caixa contratuais; e • os fluxos de caixa representam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. **Valor justo por meio do resultado (VJR):** Exclusivamente os títulos e valores mobiliários que não atendem aos critérios de mensuração ao custo amortizado. Os principais instrumentos financeiros da Companhia incluem: • caixa e equivalentes de caixa; • aplicações financeiras; • contas a receber; • fornecedores; e • passivos de arrendamento. Os ativos e passivos financeiros são compensados e apresentados líquidos no balanço patrimonial somente quando existe direito legalmente executável de compensação e a Companhia pretende liquidá-los em base líquida. **2.6 Imobilizado:** O imobilizado é registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e de eventuais perdas por redução ao valor recuperável. A depreciação é calculada pelo método linear, com base na vida útil econômica estimada dos ativos. O valor residual, a vida útil e os métodos de depreciação são revisados anualmente e ajustados prospectivamente quando aplicável. **2.7 Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido, reconhecidos no resultado. Imposto corrente: O imposto corrente é calculado com base na legislação tributária vigente na data do balanço. A Companhia é tributada pelo regime de lucro real. As alíquotas aplicáveis são: • IRPJ: 15% + adicional de 10%; • CSLL: 9%. Imposto diferido: Os impostos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e suas bases fiscais. Ativos fiscais diferidos são reconhecidos quando é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para sua realização. **2.8 Arrendamentos (CPC 06 (R2)/IFRS 16):** A Companhia atua como arrendatária em contratos de arrendamento de equipamentos, veículos e imóveis operacionais. No início de um contrato, a Companhia avalia se ele contém um arrendamento, conforme definição do CPC 06 (R2)/IFRS 16. Quando aplicável, a Companhia reconhece: • um ativo de direito de uso; e • um passivo de arrendamento. Mensuração inicial: O passivo de arrendamento é mensurado pelo valor presente dos pagamentos futuros de arrendamento, descontados pela taxa incremental de empréstimo da Companhia, quando a taxa implícita não é determinável. O ativo de direito de uso corresponde ao valor inicial do passivo ajustado por: • pagamentos antecipados; • custos diretos iniciais; • efeitos de desmontagem ou restauração. Mensuração subsequente: O ativo de direito de uso é depreciado pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. O passivo de arrendamento é atualizado pelo método do custo amortizado, sendo os encargos financeiros reconhecidos no resultado. No balanço patrimonial, os ativos de direito de uso são apresentados no imobilizado e os passivos de arrendamento classificados entre circulante e não circulante. **2.9 Provisões:** Provisões são reconhecidas quando: • existe uma obrigação presente (legal ou implícita); • é provável que recursos econômicos sejam necessários para liquidar a obrigação; e • o valor possa ser estimado de forma confiável. **2.10 Reconhecimento de receitas:** A receita é reconhecida quando as obrigações de desempenho previstas nos contratos são satisfeitas, conforme os termos dos contratos de concessão e as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Receita de serviços:** A Companhia presta serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos no Município de Belém. A remuneração ocorre por meio de contraprestação pública mensal, composta por parcelas fixa e variável, vinculadas ao desempenho dos serviços prestados. **Receita de construção:** Conforme disposto no OCP 05 - Contratos de Concessão, os investimentos realizados na infraestrutura da concessão, destinados a proporcionar benefícios econômicos futuros no âmbito do contrato, são reconhecidos como **receita de construção**, com contrapartida em **ativo financeiro da concessão**, à medida em que os serviços de construção são executados. Os custos incorridos com a construção da infraestrutura são reconhecidos no resultado no mesmo período em que a respectiva receita de construção é registrada. **Receita financeira:** A atualização financeira do ativo financeiro da concessão é reconhecida como receita financeira, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

3. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVOS

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração utilize julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e premissas são baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Revisões nas estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente. As principais áreas que envolvem maior grau de julgamento ou complexidade na aplicação das políticas contábeis da Companhia são descritas a seguir. **3.1 Mensuração dos passivos de arrendamento (CPC 06 (R2)/IFRS 16):** A Companhia reconhece passivos de arrendamento relacionados principalmente a contratos de locação de veículos, equipamentos e imóveis operacionais utilizados na execução de suas atividades. A mensuração inicial desses passivos considera o valor presente dos pagamentos futuros de arrendamento, descontados pela taxa incremental de empréstimo da Companhia, quando a taxa implícita no contrato não é facilmente determinável. A determinação da taxa incremental envolve julgamento da Administração, considerando: • condições de mercado vigentes; • prazo dos contratos de arrendamento; • natureza dos ativos arrendados; • perfil de risco de crédito da Companhia. Em 31 de dezembro de 2025, os passivos de arrendamento totalizavam R\$ 78.806 mil (R\$ 20.531 mil em 2024). Alterações nas premissas utilizadas, especialmente na taxa de desconto ou no prazo dos contratos, podem impactar significativamente os valores registrados. **3.2 Vida útil econômica do ativo imobilizado:** O ativo imobilizado da Companhia refere-se principalmente a máquinas, equipamentos e ativos operacionais utilizados na prestação dos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo do imobilizado era de R\$ 75.639 mil (R\$ 93.700 mil em 2024). A depreciação é calculada com base na vida útil econômica estimada dos ativos, definida com base em: • características técnicas dos equipamentos; • condições operacionais de utilização; • histórico de utilização e manutenção; • práticas de mercado para ativos semelhantes. A revisão periódica dessas estimativas pode resultar em alterações relevantes nas despesas de depreciação futuras. **3.3 Reconhecimento de impostos diferidos:** A Companhia reconhece ativos e passivos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábeis e fiscais de ativos e passivos. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos passivos totalizava R\$ 35.950 mil (R\$ 13.909 mil em 2024). O reconhecimento e a mensuração desses saldos dependem de estimativas da Administração quanto: • à expectativa de geração de lucros tributáveis futuros; • ao prazo de reversão das diferenças temporárias; • à interpretação da legislação tributária aplicável. Alterações nessas premissas podem impactar o valor registrado de ativos e passivos fiscais diferidos. **3.4 Reconhecimento da receita de construção em contratos de concessão:** Nos termos dos contratos de concessão e conforme o OCP 05 - Contratos de Concessão, os investimentos realizados na infraestrutura são reconhecidos como receita de construção, com contrapartida em ativo financeiro da concessão. A Administração exerceu julgamento na determinação do valor justo dessas receitas, considerando que as obras e reformas são contratadas a valor de mercado junto a terceiros independentes; dessa forma, entende não haver margem de construção relevante, resultando em margem estimada igual a zero. Quando o recebimento da contraprestação relacionada à construção ocorre em período distinto da execução das obras, o saldo do ativo contratual é ajustado financeiramente pela aplicação da taxa efetiva de juros, sendo a atualização reconhecida como receita financeira.

4. MUDANÇAS NAS POLÍTICAS CONTÁBEIS E DIVULGAÇÕES

4.1 Normas contábeis emitidas ou alteradas recentemente: Normas e alterações vigentes a partir de 1º de janeiro de 2025: As seguintes alterações de normas

7.1 Aging do contas a receber:

	31/12/2025	31/12/2024					
Contas a receber	Perdas esperadas	% - Aging	Contas a receber líquido	Contas a receber	Perdas esperadas	% - Aging	Contas a receber líquido
Total a vencer	31.639	-	31.639	44.835	-	-	44.835
Vencidos até 30 dias	3.968	-	3.968	27.670	-	-	27.670
Vencidos de 31 a 90 dias	7.937	-	7.937	27.670	-	-	27.670
Vencidos de 91 a 180 dias	11.905	-	11.905	-	-	-	-
Vencidos de 181 a 365 dias	56.853	-	56.853	-	-	-	-
Vencidos acima de 365 dias	14.964	-	14.964	-	-	-	-
Total vencidos	95.627	-	95.627	55.340	-	-	55.340
Total	127.266	-	127.266	100.175	-	-	100.175

Nota: A Companhia possui saldo de contas a receber vencido decorrente de contraprestações de contrato administrativo vigente de concessão de serviço público essencial de limpeza urbana, firmado com a Prefeitura Municipal de Belém, ente integrante da Administração Pública. A obrigação de pagamento decorre da prestação efetiva de serviço público essencial, enquadrado como um dos pilares do saneamento básico nos termos da Lei nº 11.445/2007, conforme atualizada pela Lei nº 14.026/2020, estando sujeita aos princípios da legalidade, continuidade e supremacia do interesse público. A Administração avaliou o risco de crédito considerando a natureza do devedor (ente público), a vigência contratual, bem como a existência de mecanismos contratuais e legais que asseguram a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, concluindo que o vencimento dos valores não representa, por si só, risco de não realização. Diferentemente de créditos privados, os créditos contra o poder público não estão expostos a risco de falência ou insolvência, mas essencialmente a postergações decorrentes do fluxo orçamentário, caracterizando risco de prazo e não de recuperabilidade. Com base nessa avaliação, e diante da existência de perspectiva concreta e fundamentada de recebimento, a administração entende que não há evidências de perda efetiva ou esperada que justifiquem o reconhecimento de provisão para perdas na data-base das demonstrações

contábeis são aplicáveis para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2025: Alterações no CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis: em agosto de 2023 foi adicionado novos requisitos com o objetivo de ajudar as entidades a determinar se uma moeda é conversível em outra moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio à vista a ser utilizada. Antes dessas alterações, o CPC 02 somente estabelecia a taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de conversibilidade fosse temporária. As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2025. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras. **4.2 Normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes** As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2025. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). a) CPC 51/IFRS18 - Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras: essa nova norma substituirá o CPC26/IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, introduzindo novos requisitos destinados a aprimorar a comparabilidade do desempenho financeiro entre entidades semelhantes e proporcionar informações mais relevantes e transparentes aos usuários das demonstrações financeiras. A Companhia não espera que haja mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para: (i) medidas de desempenho definidas pela administração; (ii) abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentados por função na categoria operacional da demonstração de resultado; e (iii) para o primeiro ano de aplicação do CPC 51, uma reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores reapresentados pela aplicação do CPC 51 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do CPC 26. No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento. A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é, as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 e serão reapresentadas de acordo com o CPC 51. A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia. b) Alterações aos IFRS 9 e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" e IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Evidenciação" para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis a empresas em geral e não apenas a instituições financeiras. As alterações: (a) Esclareceram a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa; (b) Esclareceram e adicionaram orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de comente pagamento de principal e juros ("SPPI test"), incluindo situações de ocorrência de um evento contingente; (c) Adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e (d) Atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI"). As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras. c) IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: em maio de 2024 o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. A IFRS 19 entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2027. A Companhia está avaliando os impactos da norma e não espera impactos relevantes. Não há outras normas contábeis ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Empresa.

5. CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2025	31/12/2024
Bancos	24	66
Total de Disponibilidades	24	66
Invest. Fácil - aplicação automática	-	102
Operações compromissadas - Lastreadas em debêntures (i)	23.264	-
Cota de outros fundos	74	-
Total de Aplicações financeiras	23.338	102
Total	23.362	168

(i) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 o rendimento médio dos papéis alocados em fundos e aplicações, foi de 92,8%, equivalente a taxa pré de 13,23% a.a.

6. TÍTULOS, VALORES MOBILIÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	31/12/2025	31/12/2024
Fundos exclusivos Simpar	1	255
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	-	343
LTN - Letras do tesouro Nacional	-	28
Total	1	626
Ativo circulante	1	626
Total	1	626

O rendimento médio dos papéis alocados em fundos exclusivos, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi de 100,7% aa (equivalente a taxa pré de 14,42% (10,96% a.a. em 31 de dezembro de 2024)

7. CONTAS A RECEBER

	31/12/2025	31/12/2024
Contraprestação - Poder Concedente	127.266	100.175
Total	127.266	100.175
Circulante	74.273	100.175
Não circulante	52.993	-
Total	127.266	100.175

A classificação do saldo está detalhada abaixo:

Abertura	31/12/2025	31/12/2024	Status
Parcelas do reajuste 2024	17.166	83.010	A faturar
Parcelas do reajuste 2025	35.827	17.165	A faturar
Total à faturar	52.993	100.175	
Contraprestação fixa mensal 2024	42.635	-	Faturado
Contraprestação fixa mensal 2025	31.638	-	Faturado
Total faturado	74.273	-	
Total	127.266	100.175	

8. ESTOQUES

	31/12/2025	31/12/2024
Materiais de uso e consumo	4.308	1.463
Total	4.308	1.463

9. TRIBUTOS A RECUPERAR

	31/12/2025	31/12/2024
PIS e COFINS	4.099	-
INSS	13.177	6.541
Total	17.276	6.541
Circulante	16.483	6.541
Não circulante	793	-
Total	17.276	6.541

contábeis. Tal conclusão decorre de julgamento profissional e é objeto de monitoramento contínuo, sendo reavaliada caso ocorram alterações relevantes nas condições contratuais ou na capacidade de liquidação do devedor.

10. ADIANTAMENTO DE TERCEIROS			
	31/12/2025	31/12/2024	
Adiantamento a funcionários	635	–	
Adiantamento a fornecedores diversos	2.893	2.132	
Total	3.529	2.132	

11. IMOBILIZADO						
	Veí- e equipa- culos	Máquina- mentos	Móveis e utensílios	Compu- tadores e periféricos	Direito de uso	Total
Custo:						
Em 24 de janeiro de 2024	–	–	–	–	–	–
Adições	155	51	105	380	110.269	110.960
Baixa de ativos	–	–	(93)	(35)	0	(128)
Em 31 de dezembro de 2024	155	51	12	345	110.269	110.832
Adições	162	1.042	400	112	4.271	5.987
Transferências	–	5	(5)	–	–	–
Baixa de ativos e outros	–	(16)	–	–	–	(16)
Em 31 de dezembro de 2025	317	1.082	407	457	114.540	116.803

Depreciação acumulada:						
	Veí- e equipa- culos	Máquina- mentos	Móveis e utensílios	Compu- tadores e periféricos	Direito de uso	Total
Em 24 de janeiro de 2024	–	–	–	–	–	–
Despesa de depreciação no período	(2)	(2)	(2)	(20)	(17.107)	(17.133)
Baixa de ativos e outros	–	–	1	–	–	1
Em 31 de dezembro de 2024	(2)	(2)	(1)	(20)	(17.107)	(17.132)
Despesa de depreciação no período	(16)	(76)	(23)	(78)	(23.839)	(24.032)
Em 31 de dezembro de 2025	(18)	(78)	(24)	(98)	(40.946)	(41.164)

Saldos líquidos:						
	Veí- e equipa- culos	Máquina- mentos	Móveis e utensílios	Compu- tadores e periféricos	Direito de uso	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	153	49	11	325	93.162	93.700
Saldos em 31 de dezembro de 2025	299	1.004	382	359	73.594	75.639
Taxa média calc. de depreciação (%)	6,5%	10%	10%	20%	8,5%	

12. INTANGÍVEL

Custo:			Softwares	Total
Em 31 de dezembro de 2024	–	–	–	–
Adições	22	22	22	22
Em 31 de dezembro de 2025	22	22	22	22

Despesas de amortização no exercício

Em 31 de dezembro de 2024	–	(1)
Em 31 de dezembro de 2025	–	(1)

13. FORNECEDORES

	31/12/2025	31/12/2024
Veículos, máquinas e equipamentos	767	151
Material de estoque	431	18
Serviços contratados (i)	13.504	13.105
Peças e manutenção	3.289	299
Partes relacionadas (nota 19)	468	6.558
Outros	808	64
Total	19.267	20.195

(i) Fornecedores de serviços na operação da companhia no tratamento de resíduos em R\$10.802 (7.093 em 2024), fornecimento de óleo, combustíveis em R\$341 (1.516 em 2024) e locação de caçambas em R\$800 (600 em 2024), além de outros serviços de engenharia, informática, uniformes etc.

14. PASSIVOS DE ARRENDAMENTOS

a) Saldos reconhecidos no balanço patrimonial:			
	Instalações	Veículos	Total
Passivo de arrendamentos em 31/12/2024	976	94.829	95.805
Novos contratos	1.267	3.004	4.271
Amortização	(1.083)	(20.187)	(21.270)
Juros pagos	(137)	(7.534)	(7.671)
Juros apropriados	137	7.534	7.671
Passivo de arrendamentos em 31/12/2025	1.160	77.626	78.806
Circulante	611	26.729	27.340
Não circulante	549	50.917	51.466
Total	1.160	77.626	78.806

A movimentação e os saldos relacionados a ativos de direito de uso estão divulgados na nota explicativa 11.

b) Cronograma de amortização, está demonstrado a seguir:

Descrição	Vencimento das parcelas (ano)		
	Total	%	
Total do passivo circulante	27.340	34,69	
	2027	22.565	28,63
	2028	21.948	27,85
	2029	6.953	8,82
Total do passivo não circulante	51.466	65,31	
Total	78.806	100	

A Ciclus Amazônia S.A. mantém contratos de arrendamento relacionados, principalmente, a instalações operacionais e administrativas, bem como a veículos utilizados em suas operações. Os contratos possuem prazos compatíveis com a natureza dos ativos arrendados e, em geral, preveem reajustes periódicos, majoritariamente anuais, com base em índices de preços ou condições de mercado. Alguns contratos impõem restrições à realização de subarrendamentos. As taxas de desconto aplicadas na mensuração dos passivos de arrendamento correspondem às taxas incrementais de financiamento da Companhia, determinadas com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para prazos equivalentes aos dos contratos, ajustadas por spread de crédito específico, de forma a refletir as condições econômico-financeiras da Companhia. O spread de crédito foi definido com base em análises internas e sondagens junto a potenciais investidores de instrumentos de dívida. Em 31 de dezembro de 2025, a taxa incremental de financiamento nominal utilizada na mensuração dos passivos de arrendamento foi de 8,5% ao ano, aplicada a todos os contratos vigentes.

15. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	31/12/2025	31/12/2024
Salários	3.600	2.933
Provisão de férias	8.674	5.637
Bônus e participações nos lucros e resultados	2.143	844
INSS	2.794	2.078
FGTS	780	570
Outros	60	60
Total	18.051	12.122
Circulante	17.699	12.122
Não circulante (i)	352	–
Total	18.051	12.122

(i) Bônus (Phantom Shares) baseado na variação de valor (preço de mercado) das ações do Grupo Simpar e o pagamento desse numerário será realizado a longo prazo.

16. TRIBUTOS A RECOLHER

	31/12/2025	31/12/2024
PIS e COFINS	22.828	8.634
ICMS e ISS	31	41
IRRF e outros	466	252
Total	23.325	8.927

17. ADIANTAMENTO DE CLIENTES

	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamento de clientes (i)	27.142	11.148
Total	27.142	11.148

(i) Adiantamento referente à remuneração do capex (nota 2.11)

18. COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO E CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

18.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos: Os créditos e débitos de imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ e contribuição social sobre o lucro líquido

- CSLL diferidos foram apurados com base nas receitas diferidas. As origens estão apresentadas a seguir, em 31 de dezembro de 2025:

	31/12/2025	31/12/2024
Imposto diferido ativo		
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	5.396	–
Provisão para demandas judiciais e administrativas	10	–
Provisão tributária	3.386	–
Total do imposto diferido ativo	8.792	–
Imposto diferido passivo		
Receita diferida de órgãos públicos	(44.724)	(14.375)
Depreciação econômica vs. Fiscal	(18)	(6)
Outras provisões	–	472
Total do imposto diferido passivo	(44.742)	(13.909)
Imposto diferido passivo		
Total do imposto diferido ativo (passivo), líquido	(35.950)	(13.909)
Tributos diferidos líquidos, alocados no ativo	–	–
Tributos diferidos líquidos, alocados no passivo	(35.950)	(13.909)
Total do imposto diferido ativo (passivo), líquido	(35.950)	(13.909)

18.2 Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social: Os valores correntes são calculados com base nas alíquotas atualmente vigentes sobre o lucro real antes do IRPJ e CSLL, acrescido ou diminuído das respectivas adições, e exclusões e compensações permitidas pela legislação vigente.

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	54.068	51.875
Alíquotas nominais	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	(18.383)	(17.638)
Incentivos fiscais - PAT	66	–
IRRF aplicações financeiras	–	(68)
Despesas indedutíveis e outras exclusões/adições	(139)	15

	Ativo	
	Outros	Créditos
	31/12/2025	31/12/2024
JSL	–	–
CS Brasil	15	8
CS Frotas	2	–
CS Infra	52	52
Grãos do Piauí	40	40
ATU 12	5	–
ATU 18	4	–
Rota da Integração	5	–
Wellfare	5	–
Movida	–	–
Transrio Caminhões	–	16
Vamos Locações	–	35
Simpar	–	6.403
Terraplana	–	2
Promulti	–	30
Total	128	100

19.2 Transações entre partes relacionadas com efeito no resultado do exercício:

As transações entre partes relacionadas se referem a:

Ativo	Despesas Administrativas, comerciais e recuperação de despesas		Locações e serviços prestados	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Automob	–	–	300	–
CS Brasil	–	–	24	–
CS Infra	145	–	–	–
JSL	27	10	–	–
Movida	28	–	1.143	653
Simpar	48	90	–	–
Vamos Locação	–	–	26.747	19.737
Total	248	100	28.214	20.390
Circulante	248	100	28.214	20.390
Total	248	100	28.214	20.390

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido da Companhia é composto por capital social, reserva legal e reservas de lucros, conforme demonstrado abaixo: **a) Capital social:** Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital social da Companhia é de R\$ 23.044 mil, totalmente subscrito e integralizado, representado por quotas sem valor nominal. **b) Reserva legal:** A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, conforme previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até atingir o limite de 20% do capital social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi constituída reserva legal no montante de R\$ 1.780 mil (R\$ 1.709 mil em 2024), totalizando R\$ 3.489 mil em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 1.709 mil em 31 de dezembro de 2024). **c) Reservas de lucros:** As reservas de lucros referem-se aos resultados acumulados pela Companhia após as destinações legais e estatutárias, incluindo reserva de lucros a realizar, constituída nos termos da legislação societária. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi destinado o montante de R\$ 26.832 mil para reservas de lucros (R\$ 32.150 mil em 2024), totalizando R\$ 59.307 mil em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 32.150 mil em 31 de dezembro de 2024). O lucro apurado no exercício decorre, majoritariamente, de receitas ainda não realizadas financeiramente, registradas em contas a receber junto ao Poder Concedente, tendo sido destinado, substancialmente, à constituição de reserva de lucros a realizar, nos termos do artigo 197 da Lei nº 6.404/76. Em razão da ausência de realização financeira, tais valores não são passíveis de distribuição ou capitalização na data-base, permanecendo retidos no patrimônio líquido até a sua efetiva realização, quando então poderão ser objeto de deliberação quanto à sua destinação. Esse saldo inclui, adicionalmente, a reversão de dividendos propostos referente ao exercício de 2024, no montante de R\$ 325 mil, conforme descrito na nota (d). **d) Reversão de dividendos propostos:** Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 11 de julho de 2025, foi deliberada a destinação integral dos lucros do exercício de 2024 para reservas de lucros, não tendo sido aprovada a distribuição de dividendos referentes àquele exercício. Dessa forma, os dividendos anteriormente propostos, no montante de R\$ 325 mil, foram revertidos no exercício de 2025 diretamente no patrimônio líquido, com reclassificação para reservas de lucros, sem impacto no resultado do período. **e) Dividendos:** Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 06 de outubro de 2025, os acionistas da Companhia aprovaram, por unanimidade, a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 7.000 mil, à conta de reservas de lucros, apurados com base em balanço especial levantado em 31 de agosto de 2025. A distribuição observou os limites previstos na Lei nº 6.404/76 e no estatuto social da Companhia, que estabelece dividendo mínimo obrigatório correspondente a 1% (um por cento) do lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da referida lei. Do montante total aprovado, R\$ 5.000 mil foram pagos no exercício de 2025, em moeda corrente nacional, aos acionistas CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda., Promulti Engenharia, Infraestrutura e Meio Ambiente Ltda. e Terraplana Ltda., conforme deliberado na referida assembleia. O saldo remanescente de R\$ 2.000 mil permanece registrado no passivo circulante, na rubrica "Dividendos a pagar", em 31 de dezembro de 2025, e será liquidado conforme a disponibilidade financeira da Companhia. **f) Movimentação do patrimônio líquido:** A movimentação do patrimônio líquido durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 está apresentada na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL). Em 31 de dezembro de 2025, o patrimônio líquido da Companhia totaliza R\$ 85.840 mil (R\$ 56.903 mil em 31 de dezembro de 2024).

21. RECEITA LÍQUIDA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E CONSTRUÇÃO

a) Fluxo de receitas		
	31/12/2025	31/12/2024
Receita de contraprestação	412.575	279.033
Receita de construção	10.478	8.857
Receita bruta	423.053	287.890
Impostos sobre prestação de serviço	(64.448)	(40.763)
COFINS	(34.917)	(20.758)
PIS	(7.581)	(4.506)
ISS	(21.950)	(15.499)
Receita líquida	358.605	247.127

22. GASTOS POR NATUREZA

	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal e encargos	(143.455)	(97.153)
Serviços contratados	(86.548)	(39.591)
Peças, pneus e manutenções	(10.884)	(3.591)
Frete, combustíveis e lubrificantes	(18.825)	(13.839)
Infraestrutura, conservação e utilities	(14.094)	(11.793)
Material de consumo	(462)	(780)
Depreciação e amortização	(24.033)	(17.133)
Comunicação, propaganda e publicidade	(348)	(257)
Aluguéis de veículos, máquinas e equipamentos	(8.369)	(10.915)
Aluguéis de imóveis	(1.313)	(215)
Viagens e estadias	(722)	(572)
Manuseio de cargas e enolamentos	–	(124)

	31/12/2025	31/12/2024
IRPJ e CSLL apurados	(18.456)	(17.691)
Corrente	(197)	(3.782)
Diferido	(18.259)	(13.909)
IRPJ e CSLL no resultado	(18.456)	(17.691)
Alíquotas efetivas	(34,14%)	(34,10%)

As declarações de imposto de renda estão sujeitas à revisão das autoridades fiscais por um período de cinco anos a partir do fim do exercício em que é entregue. Em virtude destas inspeções, podem surgir impostos adicionais e penalidades sujeitas a juros. Entretanto, a Administração é de opinião de que todos os impostos têm sido pagos ou provisionados de forma adequada. **18.3 Imposto de renda e da contribuição social a recuperar e recolher:** As movimentações do imposto de renda e contribuição social correntes no período de 24 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024 e exercício findo em 31 de dezembro de 2025, estão demonstradas a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo em 24 de janeiro de 2024	–	3.782
Despesa de imposto de renda e contribuição social do período	–	14.570
Imposto de renda e contribuição social a recuperar - circulante	–	(174)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	–	14.396
Despesa de imposto de renda e contribuição social do período	–	197
Imposto de renda e contribuição social a recuperar - circulante	–	42.241
Imposto de renda e contribuição social a recolher	–	(197)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	–	42.044

19. PARTES RELACIONADAS

a) Risco de variação de taxa de juros: Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A companhia está exposta substancialmente ao risco de taxa de juros sobre caixa e equivalentes de caixa e aos títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras, assim como às obrigações com empréstimos, financiamentos, debêntures, e arrendamentos a pagar a instituições financeiras e cessão de direitos creditórios e parcelamento de aquisição de empresas a pagar. Como política, a Companhia procura concentrar esse risco à variação do DI, e utiliza derivativos para esse fim. Todas essas operações são conduzidas de acordo com orientações estabelecidas pelo comitê financeiro, e são aprovadas pelo Conselho de Administração, e a Companhia busca aplicar contabilidade de hedge de valor justo nos instrumentos respectivos. **b) Risco de crédito:** O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação financeira prevista em um instrumento financeiro ou contrato, o que levaria ao prejuízo financeiro. O saldo das contas a receber da Companhia são baixados para perdas quando não há expectativa razoável de recuperação. Os indícios de que não há expectativa razoável de recuperação incluem, entre outros: incapacidade do devedor de participar de um plano de renegociação de sua dívida com o Grupo ou de realizar pagamentos contratuais de dívidas. No caso da Companhia, o cliente é um órgão público e apresenta condições razoáveis de pagamento do contas a receber em aberto dentro de um curto prazo. **i. Caixa e equivalentes de caixa, títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras:** O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia, amparada pelo seu Comitê Financeiro da controladora Grupo Simpar, de acordo com as diretrizes aprovadas pelo Conselho de Administração da controladora Grupo Simpar. Os recursos financeiros são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma, a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito. Para fins de avaliação de risco, são utilizadas uma escala local ("Br") ao risco de crédito extraídas de agências de *ratings*, conforme demonstrado abaixo: A qualidade e exposição máxima ao risco de crédito da Companhia para caixa, equivalentes de caixa, títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras é a seguinte:

Nomenclatura	Rating em Escala Local "Br"
Br AAA	Prime
Br AA+, AA, AA-	Grau de Investimento Elevado
Br A+, A, A-	Grau de Investimento Médio Elevado
Br BBB+, BBB, BBB-	Grau de Investimento Médio Baixo

Nomenclatura		Rating em Escala Local "Br"	
		Quantidade	
Br	BB+, BB, BB-	Grau de Não Investimento Especulativo	
Br	B+, B, B-	Grau de Não Investimento Altamente Especulativo	
Br	CCC	Grau de Não Investimento Extremamente Especulativo	
Br	DDD, DD, D	Grau de Não Investimento Especulativo de Moratória	
		31/12/2025	31/12/2024
Valores depositados em conta corrente		24	168
Br AAA		23.338	626
Total de aplicações financeiras		23.338	626
Total de caixa e equivalentes de caixa		23.362	794

c) Risco de liquidez: É o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A Companhia monitora permanentemente o risco de escassez de recursos e mantém o planejamento de liquidez corrente, com o objetivo de manter em seu ativo saldo de caixa e investimentos de alta liquidez. A seguir, estão apresentadas as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

Passivos financeiros	31/12/2025			
	Fluxo Contábil	Até 1 ano	Até 2 anos	Até 3 anos
Fornecedores	19.267	19.267	19.267	–
Passivo de arrendamentos	78.806	78.806	22.638	49.090
Dividendos a pagar	2.000	2.000	2.000	–
Outras contas a pagar	3.197	3.197	3.197	–
Total	103.270	103.270	47.102	49.090

25. PERDAS POSSÍVEIS NÃO PROVISIONADAS NO BALANÇO

A Companhia possui certos riscos de demanda e processos em andamento de natureza nas esferas judicial e administrativa que são considerados pela Administração e seus assessores jurídicos com a probabilidade de perda possível, conforme tabela a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Trabalhistas	685	8
Cíveis (i)	37.556	–
Total	38.241	8

(i) A Companhia foi autuada pela Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Pará (SEMAS) por suposta disposição de resíduos sólidos sem tratamento prévio em área supostamente inadequada e não licenciada, no Lixão do Aurá ("Aurá").

DIRETORIA

Bruno Francisco Muehlbauer - Diretor

Rodrigo Pinheiro Andrade - Diretor

CONTADOR

Diogo Venceslau da Silva - CRC 1SP 344761

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores e Acionistas da Cíclus Amazônia S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Cíclus Amazônia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos

que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria pelas demonstrações financeiras:** A diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.

A Administração e seus assessores jurídicos entendem, todavia, que há sólidos fundamentos jurídicos para afastar a penalidade aplicada, uma vez que, em síntese, a Companhia não foi a causadora direta dos danos ambientais a ela imputados, os quais teriam sido praticados por terceiros, em área específica do Aurá sobre a qual não detinha, à época dos fatos, controle operacional integral; o Contrato de Concessão expressamente autorizou a disposição final de resíduos inertes no Aurá até o licenciamento de nova central de tratamento de resíduos, após o que o Aurá será definitivamente encerrado e remediado; e a disposição final de resíduos inertes no Aurá é parte do processo de recuperação do Aurá, contribuindo para a necessária reconfiguração do solo. Por fim, destaca-se que o processo administrativo está em fase de recurso em âmbito administrativo, de sorte que a penalidade aplicada ainda não é exigível.

26. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia possui seguros, cuja cobertura contratada é considerada pela Administração suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de um exame ou revisão de auditoria e, conseqüentemente, não foram auditadas ou revisadas pelos nossos auditores independentes. As coberturas de seguros são:

Garantia	Local (UF)	Importância segurada	Vigência
Executante Cessionário	PA	49.707	à 07/02/2026
Responsabilidade Civil Riscos Ambientais (Poluição Ambiental)	PA	1.000	à 13/11/2026
Responsabilidade Civil Geral (Operações)	PA	3.000	à 13/11/2026
Patrimonial - Acidente All Risks - Cobertura Básica	PA	5.000	à 27/03/2026
Patrimonial - Eventos da Natureza e Danos Elétricos	PA	1.100	à 27/03/2026
Patrimonial - Responsabilidade Civil Empresarial	PA	1.000	à 27/03/2025

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

A Administração avaliou os eventos ocorridos após 31 de dezembro de 2025 até a data de autorização para emissão desta demonstração financeira e não identificou eventos subsequentes que requerem ajustes ou divulgações adicionais.

O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 16 de abril de 2026



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

Valter Vieira de Aquino Junior
Contador CRC 1SP263641/O-0

CICLUS 30-04 pdf

Código do documento 5661f143-9b98-4aa6-a1a5-bf39e4a0e9d1



Assinaturas



Antonio Erbeth
antonio.erbeth@oliberal.com.br
Assinou



Eventos do documento

30 Apr 2026, 07:31:47

Documento 5661f143-9b98-4aa6-a1a5-bf39e4a0e9d1 **criado** por ANTONIO ERBETH (e0a13cc6-d674-4672-aa0d-3991d6d2bbfd). Email:antonio.erbeth@oliberal.com.br. - DATE_ATOM: 2026-04-30T07:31:47-03:00

30 Apr 2026, 07:32:11

Assinaturas **iniciadas** por ANTONIO ERBETH (e0a13cc6-d674-4672-aa0d-3991d6d2bbfd). Email: antonio.erbeth@oliberal.com.br. - DATE_ATOM: 2026-04-30T07:32:11-03:00

30 Apr 2026, 07:32:18

ANTONIO ERBETH **Assinou** (e0a13cc6-d674-4672-aa0d-3991d6d2bbfd) - Email: antonio.erbeth@oliberal.com.br - IP: 177.105.192.2 (blockbit-utm.libnet.com.br porta: 63856) - Documento de identificação informado: 571.969.823-04 - DATE_ATOM: 2026-04-30T07:32:18-03:00

Hash do documento original

(SHA256):bb9cee9e5f923e1cb4a850fcc1cdee2b6b8cec4cef7ebe89d92f61057e68c55b

(SHA512):842a749486efbb863dcf26ab7844e43ab552069f84d9f6d81e8945233bdfea9d712368e0ac527d3e033f21499607a344fd35315a9bfa8df7d6b7615bbe3750ce

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima



Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.